



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1. Constitui o objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa para contratação de empresa para o fornecimento de fardamento escolar, que obedecerá às disposições do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, conforme condições, quantidades e exigências neste instrumento:

2. DA ESPECIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CAMISA MACHÃO 100% POLIÉSTER 4 ANOS	UND	20		
02	CAMISA MACHÃO 100% POLIÉSTER 6 ANOS	UND	31		
03	CAMISA MACHÃO 100% POLIÉSTER 8 ANOS	UND	40		
04	CAMISA MACHÃO 100% POLIÉSTER 10 ANOS	UND	07		
05	CAMISA MACHÃO 100% POLIÉSTER 12 ANOS	UND	02		
06	SHORT MASCULINO 4 ANOS EM HELANCA	UND	10		
07	SHORT MASCULINO 6 ANOS EM HELANCA	UND	12		
08	SHORT MASCULINO 8 ANOS EM HELANCA	UND	26		
09	SHORT MASCULINO 10 ANOS EM HELANCA	UND	05		
10	SHORT MASCULINO 12 ANOS EM HELANCA	UND	02		
11	SHORT SAIA 4 ANOS EM HELANCA	UND	10		
12	SHORT SAIA 6 ANOS EM HELANCA	UND	19		
13	SHORT SAIA 8 ANOS EM HELANCA	UND	14		
14	SHORT SAIA 10 ANOS EM HELANCA	UND	02		
15	CALÇA 8 ANOS EM HELANCA	UND	34		



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA

16	CALÇA HELANCA	10	ANOS	UND	45		
17	CALÇA HELANCA	12	ANOS	UND	46		
18	CALÇA HELANCA	14	ANOS	UND	42		
19	CALÇA PP EM HELANCA			UND	31		
20	CALÇA P EM HELANCA			UND	35		
21	CALÇA M EM HELANCA			UND	21		
22	CALÇA G EM HELANCA			UND	06		
23	CAMISA POLIÉSTER	8	ANOS 100%	UND	34		
24	CAMISA POLIÉSTER	10	ANOS 100%	UND	45		
25	CAMISA POLIÉSTER	12	ANOS 100%	UND	46		
26	CAMISA POLIÉSTER	14	ANOS 100%	UND	42		
27	CAMISA POLIÉSTER	PP	100%	UND	31		
28	CAMISA POLIÉSTER	P	100%	UND	35		
29	CAMISA POLIÉSTER	M	100%	UND	21		
30	CAMISA POLIÉSTER	G	100%	UND	6		

2.2 Os produtos aqui elencados são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2.3 O objeto do presente termo é essencial e justifica-se em face da necessidade de atender as demandas da prefeitura municipal.

3- Da Documentação exigida:

3.1. Regularidade Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores e último aditivo contratual.
- b) Todas as alterações do contrato social.
- c) Cópia do RG e CPF de todos os sócios da empresa.



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXABA

3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito d procuradoria da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

4 – Das Obrigações da Contratada

4.1 A Contratada deverá entregar os itens em até 15 dias úteis podendo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Contratante em atendimento às requisições escritas expedidas pela Prefeitura do Município de Quixaba-PB.

4.2. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS- CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.

4.3 Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

4.4. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal o número do processo ao qual os serviços se referem.

4.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

4.6. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços;

4.7. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

4 – Das obrigações da Contratante

1) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.

5 - Validade da Proposta

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 30 dias.

6 - Forma de Pagamento e vigência

O pagamento será efetuado conforme realização do fornecimento, a contar do recebimento dos serviços e atesto da Nota Fiscal pelo setor competente

O prazo de vigência para a execução dos serviços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste instrumento, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

7 - Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço no item*.

8 – Reajustes dos preços

O preço proposto será fixo e irrevogável.

9 – Fiscalização do Contrato –

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pela Contratante.